

cialistas não são apresentados de forma esquemática e árida, ao contrário, são ilustrados com tipos de manifestação irônica em várias dimensões do fenômeno comunicativo como, por exemplo, o de uma manchete de jornal: GOVERNO APELA AO SETOR PRIVADO PARA EVITAR DESCONTROLE, ilustrada com uma foto do então presidente Collor em trajes desportivos (p/37).

Selecionados e discutidos os elementos que formam o arcabouço básico para uma teoria da ironia, Beth passa a aplicá-los ao romance *Madame Pommeroy*, publicado em 1920, data bastante sintomática, quando se pensa nas grandes propostas da famosa Semana de Arte Moderna, de 1922. Com relação ao instrumental teórico adotado para a análise nada fica de fora, tudo é pertinente, até a capa da edição escolhida, que dá margem a uma interessante visão da ironia manifesta por ícones. Na análise lingüística propriamente, o que se mostra é como o a heterogeneidade, de registros ou de instâncias discursivas, é condição básica para a construção do processo irônico, pois é ela que leva a mecanismos de opacificação do discurso, e porque este, estruturado por estratégias que simulam transparência e objetividade, mas que transgridem normas e subvertem usos, promove a dessacralização, um dos elementos característicos do texto de humor. E este sempre solicita mesmo a perspicácia e a adesão do leitor. É importante notar ainda que este tipo de análise é bastante estimulante na medida em que, conduzida pela detecção de intertextos, não pode se deter no texto isolado, mas sempre em chamada de outros que o completam.

O texto de Beth Brait, estruturado de forma nítida e sólida, e expresso com elegância, adequação e simplicidade não é apenas ilustração de um aspecto do percurso da análise lingüística; é mais ainda – é um grande estimulador da leitura uma vez que demonstra como, para se perceber intertextos/interdiscursos, ou seja, alusões e entrelinhas, não é só a habilidade que conta, mas a leitura, e muita leitura. Um texto irônico é semanticamente mais rico do que qualquer outro. Quanto mais preparado o leitor, mais proveitosa será a leitura. É isso que Beth Brait ensina neste livro.

FIORIN, José Luiz. AS ASTÚCIAS DA ENUNCIÇÃO. São Paulo, Editora Ática, 1996.

*Maria Helena de Moura Neves**

Começemos pelo fim. José Luiz Fiorin abre as "Conclusões" de seu livro *As astúcias da enunciação* dizendo que a conclusão é o momento de atar as pontas. Entretanto, estamos diante de um livro que ata pontas do começo ao fim. Se não, que é isso de se conseguir colocar em poucas trezentas páginas todo o sistema dêitico da língua? De ponta a ponta o livro mostra como o "corpo imaginário" (o espaço) e o "movimento fictício" (o tempo), submetidos ao "sujeito" (a pessoa), adquirem realidade e vida na linguagem. De ponta a ponta interação sistema e discurso, instabilidade e estabilidade, ciência e arte, natureza e cultura, mito e História, afinal, barro e sopro.

O livro tem veios que vão desembocando com precisão na submissão do homem às coerções das três categorias enunciativas que lhe permitem passar do sistema ao discurso, das possibilidades às realizações, enfim, da rigidez estéril à instabilidade criadora. A essa questão magna, Fiorin chega já na Introdução, por via da análise do próprio princípio das coisas, aquele princípio no qual "erat uerbum" (p. 14). Nesse princípio das coisas, Fiorin instala o mito. Rebaixa, é verdade, o "uerbum" divino a mito, mas, por aí, acaba sacralizando todos os mitos.

Quando Fiorin diz que, enquanto a ciência não puder explicar a origem das coisas e o seu sentido, haverá lugar para o pensamento mítico, ele está dizendo que **sempre** haverá lugar para o **mito**, o qual, entretanto – pelo que se deduz do que o próprio autor apresenta –, é mais do que simplesmente "dar conta de" novos anseios, ou novos desejos do ser humano; é dar conta do profundo das coisas, das questões fundantes do espírito humano, do sentido da vida fora da História, da própria anti-ciência.

O que este livro faz é arrancar o homem do mito, mostrando como toda a vida humana se marca pela temporalidade, pela espacialidade e pela actorialidade. Mas isso não é dito assim, sem que se sinta todo o peso dessa inscrição do homem na História. Numa passagem extremamente lúcida, o autor, ao interpretar a queda bíblica do homem, amarra o castigo recebido à hostilidade do tempo (já que a eternidade

* UNESP, C.Ar. / CNPq

está perdida), à hostilidade do espaço (já que o paraíso está perdido) e à hostilidade da condição de pessoa (já que, perdido o paraíso, já não se recebem dádivas, perseguem-se conquistas). Essa passagem é uma amostra de como este livro de Fiorin consegue fechar com absoluta consistência a sua tese central: a de que o homem está enredado nas limitações que a sua inscrição na História lhe impõe, e o seu discurso é o lugar onde tais limitações produzem sentido.

A obra toda proclama um princípio básico que rege o uso da linguagem: o discurso é o lugar da instabilidade, – o que permite a criação de efeitos de sentido – mas essa instabilidade obedece a coerções de um sistema – o que garante o próprio engendramento de sentido (ao menos até que o sistema mude). A ambivalência que a instabilidade implica não é desorganização, é a condição mesma para produção de sentido. E instabilidade é, simplesmente, ausência de fixidez ou permanência, que se resolve, afinal, em condições precisas de realização.

Mecanismos como debreagem e embreagem, que são, por excelência, produtores de efeito de sentido, prendem-se a princípios gerais organizados em um sistema. Assim, a combinação de um **eu** com um **então** e um **aqui**, instâncias de complicação entre categorias enunciativas e enuncivas, só aparentemente é anárquica, já que fica prevista a possibilidade de participação, nos eventos, tanto de actantes da enunciação como de actantes do enunciado.

O equilíbrio na organização das categorias é perfeito, nesta obra. Na tarefa de fazer entender o processo de discursivização, o autor empreende muito precisamente a explicação dos mecanismos de actorialização, de temporalização e de espacialização. Essa questão da instauração do sujeito (a instalação de pessoas, tempo e espaço) é tratada com ponto de partida em Benveniste: vem colocada na História e assentada na capacidade humana da subjetividade, que é a emergência da propriedade fundamental da linguagem, assim enunciada: “é ‘ego’ quem diz ‘ego’” (p. 41). Num parêntese, se poderia observar que faz falta, nesse ponto, marcar a figura de Apolônio Díscolo, que, com quase dois séculos de antecedência, enunciava essa propriedade, dizendo, no *Da Sintaxe* (III, 104) que a primeira pessoa não é a que fala, mas a que fala de si própria.

À pessoa, categoria essencial para que a linguagem se torne discurso, se dão 68 páginas, menos que ao tempo (129 páginas), mais que ao espaço (43 páginas). Ocorre que, como Fiorin aponta, o espaço tem menos relevância no processo de discursivização, o que se reflete, mesmo, na baixa gramaticalização dos elementos de expressão do espaço, ao passo que o sistema temporal implicado na discursivização é extremamente complexo.

O tratamento da categoria **tempo** parte novamente do mito (hebreus e gregos) e passa pelos filósofos (Aristóteles e Santo Agostinho). Em Aristóteles, entretanto, tempo é *phýsis*, que simplesmente se mede (*Poética*) e se percebe (*Física*), e, portanto, Aristóteles não pesa nesta obra. Já não ocorre o mesmo com Santo

Agostinho (filósofo ? ou santo ?) autor de reflexões nas quais o tempo, visto na sua relação com a eternidade, não é cosmologia – porque os astros todos poderiam parar, e o tempo continuaria passando – e nem tem ser – porque o passado **já não é**, o futuro **ainda não é**, e o presente simplesmente **não é**, não permanece, pois, se permanecesse, seria “eternidade”, não seria “presente”. Assim, o tempo **está no espírito**, e a tripartição que comumente se faz (entre presente, passado e futuro) é, na verdade, entre três modalidades de presente (o presente do presente, o presente do passado e o presente do futuro): o passado está no presente representado pela **memória**; o futuro está no presente representado pela **espera**; e o presente é presente pela **atenção** de quem **olha**. O que **passa** é o presente, então só o presente teria medida, porque só se pode medir o tempo enquanto passa. Mas como medir o presente se ele não tem extensão? O que se pode medir, então? Apenas a impressão que **no espírito** fazem as coisas que passam, não o **tempo** mesmo, ou as **coisas** mesmas.

Assim se resume todo o mistério e a profundidade do conceito de tempo ligado ao espírito, e, portanto, à pessoa, conceito que, afinal – eternidade à parte – se liga ao imbricamento de actorialização e temporalização na atividade discursiva, se liga à noção – que este livro defende – de que os tempos “são criados na e pela enunciação” (p. 301).

A organização dos capítulos de *As astúcias da enunciação* revela que, para o autor, tempo e espaço são “dominados”, “demarcados”, “sistematizados”, “transformados”, “subvertidos” e “desdobrados”. Além disso, o tempo – mas não o espaço – ainda é “harmonizado” – porque o tempo, de algum modo, “passa”, o espaço, não. A pessoa, por sua vez, é “demarcada”, “transformada”, “subvertida” e “desdobrada”, mas não é “dominada”, nem “sistematizada”, já que é ela que domina o tempo e o espaço, e é a partir dela que tempo e espaço se sistematizam. E somente a pessoa – não o espaço ou o tempo – é “multiplicada” e “transbordada”. “Multiplicada”, porque, sendo enunciador e enunciatário, a pessoa constitui o discurso exatamente com a heterogeneidade de vozes. “Transbordada”, porque, sendo actante, a pessoa comanda enunciado e enunciação, e, assim, pode chegar ao requinte de derramar um sobre o outro.

Examinada assim pronta a organização apresentada, o que se vê é um quebra-cabeças montadinho, ajustado, fechado. Não se pode deixar de olhar, entretanto, as mil junturas das peças, que nos escancaram o custoso procedimento de análise-síntese a que o autor procedeu, e que testemunham o valor da unicidade obtida.

Uma observação, entretanto, parece pertinente. Há, de fato, um eixo central da obra – o que assenta categorias e busca princípios – que nem sequer sutura de peças deixa à mostra, e que puxa as pontas do fecho já quando se abre. Ao lado desse eixo, há, entretanto, um corpo de descrições da manifestação dessas mesmas

categorias numa dada língua – no caso, o português – que instaura certo desnível no texto. É como a execução de árias em entreatos, as quais, exigidas por alguma cláusula do contrato que a orquestra assumiu, entretanto destoassem, por menor nobreza, do concerto oferecido. José Luiz Fiorin, ele mesmo, é o que fala da instabilidade das categorias, não o que lista preposições que “enunciam” (p. 172) tal ou tal categoria topológica; é o que põe sob batuta princípios geradores de efeitos de sentido, não o que apresenta o “sentido” que determinados advérbios “expressam” (p. 272). Fiorin, é, afinal, o que **persuade**, coisa que, como ele mesmo confessa (p. 301), é a intenção da obra, e coisa que, com certeza, não se obtém listando advérbios (p. 162-164).

No balanço derradeiro da leitura de *As astúcias da enunciação*, no balanço das “intenções” confessadas e do “produto” oferecido, o que de mais conclusivo se pode dizer é que, a partir de agora, o estudo das categorias da enunciação em português tem uma parada obrigatória. Uma parada para admitir, sem pejo e com legitimidade, o mito a atravessar a História, a criação a instabilizar o sistema, e, afinal, a astúcia a driblar e a sobrelevar limitações, produzindo sentido na linguagem.

AS SUGESTÕES DO CONSELHEIRO – A FRANÇA EM MACHADO DE ASSIS – ESAÚ E JACÓ E MEMORIAL DE AIRES, DE GILBERTO PINHEIRO PASSOS, EDITORA ÁTICA, COLEÇÃO ENSAIOS, 143, 1996.

Wagner Madeira *

Sugestões do chef Machado de Assis

Machado de Assis criou, no final da vida, um *alter ego*: o Conselheiro Aires, diplomata, personagem de *Esau e Jacó* e narrador de *Memorial de Aires*. Como escritura da maturidade, estes romances trazem o tom sombrio da passagem do tempo, ao lado de uma fina ironia no retrato da sociedade brasileira do final do século XIX. O livro de Gilberto Pinheiro Passos focaliza, portanto, o momento culminante da carreira literária de Machado. Nada melhor para quem tem o propósito de inventariar as referências francesas na obra de nosso maior escritor. O intertexto, segundo Passos, “corresponde ao lapso em que a leitura feita pela nova geração propicia um outro pequeno ganho, na busca da permanência, uma vez que o texto novo reatualiza o anterior, inserindo-o num contexto diferente do inicial e lhe dando, na outra vida, a superação de sua condição primeira”, p. 112.

E o velho Machado usou e abusou de citações francesas. Ao longo de seu livro, acuradamente estruturado em dez capítulos, Passos nos mostra a cultura francesa do escritor, manifesta pelo narrador Aires. São trinta e cinco momentos nos quais a França se faz presente em *EJ* e *MA* (leia-se *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*), diluídos no que o ensaísta classificou como cinco eixos temáticos: amor, política, tempo, vida à francesa e metalinguagem. Desfilam Madame de Sévigné, Victor Hugo, Racine, Villon, Mérimée, Proudhon, Madame Roland, Voltaire, Boileau, Buffon, todos apropriadamente pontuados por Passos, que consegue demonstrar ao mesmo tempo didatismo e erudição. No seu texto, os comentários sobre a problemática intertextual vêm apoiados por sólida bibliografia, fundamental tanto para os estudiosos de Machado, quanto para os amantes da literatura em geral. Trata-se de um trabalho de fôlego, haja vista a natural extensão da herança crítica machadiana.

Passos vai ao ponto, escudado na bagagem acumulada como professor livre-docente de Língua e Literatura Francesa, no Departamento de Letras Moder-

* Mestrando em Literatura Brasileira na FFLCH – USP, bolsista da FAPESP.